

## DESIGN INSTRUCIONAL COMO FERRAMENTA PARA A CRIAÇÃO DE SLIDES PARA BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO NA UFPEL

WELLEN MENDES ALMEIDA<sup>1</sup>; PROF<sup>a</sup>. JANAIZE BATALHA NEVES <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [wellen.mendes.15@gmail.com](mailto:wellen.mendes.15@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas– [janabatalhaneves77@gmail.com](mailto:janabatalhaneves77@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O Design Instrucional é definido como um processo sistemático de identificação de necessidades de aprendizagem, seguido pelo planejamento, desenvolvimento e avaliação de soluções educacionais (FILATRO, 2008). Ele pode ser compreendido em três dimensões: como processo (ações de planejamento e implementação), como produto (recursos educacionais produzidos) e como teoria (conjunto de fundamentos que orientam o trabalho).

Historicamente, o DI emergiu durante a Segunda Guerra Mundial para treinar recrutas em curto prazo (REISER, 2001), evoluindo, nas décadas seguintes, para contextos educacionais diversos, incorporando abordagens cognitivas e construtivistas (RANAUT, 2016). No Brasil, o campo se expandiu com a Educação a Distância e a crescente adoção de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

A heteroidentificação, enquanto procedimento complementar à autodeclaração racial, consolidou-se nas universidades públicas brasileiras a partir da Lei nº 12.990/2014 e da Portaria Normativa nº 4/2018, sendo incorporada em processos seletivos para garantir a efetividade das políticas afirmativas. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE) em 2025 marcou um avanço institucional na implementação dessas práticas, trazendo consigo a necessidade de padronizar e qualificar o procedimento e os materiais utilizados nas bancas de heteroidentificação. A pesquisadora Georgina Lima (2019), reverbera a importância das bancas de heteroidentificação, dentro de uma perspectiva pedagógica, sobretudo nas relações raciais brasileira, entendendo que pessoas de direito devem ser os sujeitos a ocupar as vagas destinadas.

O desafio envolvia transformar informações técnicas, jurídicas e procedimentais em um recurso instrucional claro, acessível e ético, capaz de orientar os candidatos. Para isso, optou-se pelo uso do Design Instrucional (DI) como metodologia para o desenvolvimento de slides de apresentação.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de criação desse material, fundamentando-se nos princípios teóricos, cognitivos e estético-formais do DI, e demonstrar como sua aplicação resultou em maior clareza e efetividade nas formações e procedimentos das bancas de heteroidentificação da UFPEL.

### 2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada nas etapas propostas por Filatro (2008) e Oliveira et al. (2023) para o desenvolvimento do Design Instrucional.

O público-alvo para a realização desta pesquisa compreendeu candidatos que foram convocados para procedimento de bancas de heteroidentificação na Universidade Federal de Pelotas, para isto foram definidos os seguintes objetivos de aprendizagem: compreender o papel e a base legal das bancas de heteroidentificação; conduzir o processo de forma ética e respeitosa; orientar os candidatos sobre etapas, direitos e prazos.

Para isso, foi elaborado um mapa de soluções educacionais na qual teve seu conteúdo organizado em blocos temáticos distintos, contemplando a definição e base legal da heteroidentificação; composição e funcionamento das bancas; procedimentos destinados aos candidatos e os recursos e canais de comunicação disponíveis.

Sendo assim optou-se pela utilização de slides projetados, com tópicos objetivos, imagens exemplificativas, links para sites oficiais e indicação de e-mail institucional. No que se refere ao desenvolvimento do material, foram aplicados princípios estético-formais, como uso de grids para alinhamento consistente, hierarquia visual com títulos em maior destaque, cores contrastantes para informações críticas e agrupamento de tópicos relacionados. Também foram considerados princípios cognitivos, como a fragmentação das informações em até sete itens por slide, associação entre texto e imagem para reforço da memória e organização sequencial do conteúdo do geral para o específico.

Por fim, para que a realização da análise de dados pudesse ocorrer, o material foi submetido à revisão da equipe especializada da Pró-Reitoria de Assuntos e Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE), assegurando precisão, clareza e conformidade com a linguagem institucional.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em conta o objetivo desta pesquisa, o produto final desenvolvido foi um conjunto de slides com conteúdo segmentado e visualmente estruturado.

Para isso, foi escolhido utilizar o Slide 1 para a apresentação inicial e o objetivo do tema abordado, utilizando assim um título claro e coeso, juntamente com a identificação institucional, reforçando a credibilidade.



**Figura 1:** Slide de orientação das bancas de heteroidentificação .  
Fonte: Acervo Pessoal

Para os slides seguintes (2 e 3), optamos por explicitar a definição e base legal sobre o tema, para isso foi utilizado uma explicação objetiva do que é a heteroidentificação, com referência à Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025 e à Lei nº 12.990/2014.



**Figura 2:** Slide de orientação das bancas de heteroidentificação .  
Fonte: Acervo Pessoal

Sendo assim, os slides 4 e 5 ficaram voltados então para o funcionamento das bancas, para isso fizemos a descrição do número de membros que compõem a banca, assim como os critérios fenotípicos analisados e as etapas do procedimento, dando enfoque ao preenchimento dos documentos necessários assim como a leitura da autodeclaração e registro audiovisual.



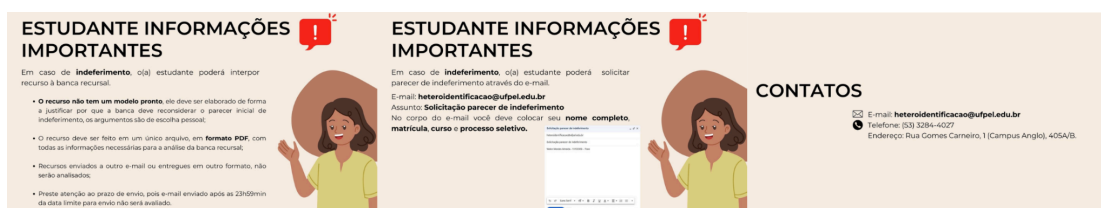
**Figura 3:** Slides de orientação das bancas de heteroidentificação.  
Fonte:Acervo Pessoal.

A seguir, utilizamos os slides 6 até o 10 para as orientações aos estudantes, na qual dispunha as instruções para acompanhar o processo, os prazos de recurso, os canais de contato e o endereço de e-mail.



**Figura 4:** Slides de orientação das bancas de heteroidentificação..  
Fonte:Acervo Pessoal.

Para finalizar, os últimos slides ficaram voltados para as informações complementares com o alerta sobre prazos, a formatação correta para envio de recursos e os links para acompanhamento do processo.



**Figura 5:** Slides de orientação das bancas de heteroidentificação.  
Fonte: Instagram UFPEL

Após a utilização destes recursos, foi possível perceber que a aplicação dos princípios do DI resultou em ganhos evidentes como por exemplo uma maior clareza e objetividade das informações, a redução da sobrecarga cognitiva pela fragmentação e sequenciamento lógico, uma maior previsibilidade visual o que facilitou a navegação e compreensão, e por último a integração entre texto e imagem para reforço da memória.

Durante o processo, o principal desafio identificado foi a necessidade de constante atualização do material, devido a possíveis mudanças nas normativas ou procedimentos internos. Além disso, para maximizar a efetividade da formação, o uso dos slides deve ser complementado por simulações práticas.

#### **4. CONCLUSÕES**

A aplicação do Design Instrucional nos slides das bancas de heteroidentificação da UFPEl mostrou-se eficaz para organizar e simplificar informações sensíveis. A integração de princípios cognitivos e estéticos garantiu clareza, fortalecendo a atuação das bancas e assegurando maior segurança jurídica e ética ao processo. Como continuidade, recomenda-se disponibilizar a apresentação no site institucional e elaborar um PDF com orientações objetivas para novos integrantes e candidatos

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRISOLARA, V. Design da informação: abrangência e intersecções. In: Anais do Congresso Internacional de Design da Informação, 2008.

FILATRO, Andrea Cristina. Design Instrucional na prática. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

NUNES, G. H. L. Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal de Pelotas: Um Enfoque Sobre as Ações Afirmativas em Curso na Região Sul /Rio Grande do Sul. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 11, n. 29, p. 159–173, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/757>. Acesso em: 19 ago. 2025.

OLIVEIRA, A. E. F. et al. (org.). *Produção de recursos autoinstrucionais para EaD: Design Instrucional para EaD*. São Luís: EDUFMA, 2023.

RANAUT, Bindu. Trends in Instructional Technology. IOSR Journal of Research & Method in Education. v. 6, n.5, 2016.

REISER, Robert A. A history of instructional design and technology: Part II: A history of instructional design. Educational technology research and development, v. 49, n. 2, p. 57-67, 2001.